



# JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 8 de Janeiro de 2007



Série

Número 5

## Sumário

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL  
DOS ASSUNTOS SOCIAIS

**Despacho conjunto**

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS E DOS ASSUNTOS  
SOCIAIS

**Despacho conjunto**

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES

**Avisos**

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

**Aviso**

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E  
SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS****Despacho conjunto**

Considerando o Decreto-Legislativo Regional n.º 26/2004/M, de 20 de Agosto, que institui a orgânica do Centro de Segurança Social da Madeira.

Considerando que a reconversão profissional, definida nos termos do número 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, constitui um instrumento privilegiado da Administração, na gestão e motivação dos seus recursos humanos.

Considerando que a funcionária, Fátima Maria Gouveia Freitas Cova, com a categoria de telefonista, pertencente ao Quadro de Pessoal do Centro de Segurança Social da Madeira, vem exercendo eficientemente as funções correspondentes à categoria de Assistente Administrativa.

Considerando que importa coadunar as funções exercidas com a respectiva categoria profissional, de modo a garantir que as tarefas efectivamente exercidas pela referida funcionária correspondam à sua categoria.

Considerando que de acordo com o disposto na alínea e), do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2000/M, de 1 de Abril, o desajustamento funcional é uma das situações que pode dar lugar à reconversão profissional.

Considerando que a funcionária não possui as habilitações literárias de base exigidas para o ingresso na referida carreira de Assistente Administrativo.

Considerando que a falta de habilitações profissionais ou qualificação profissional é suprida pela aprovação em curso ou cursos de formação profissional, nos termos do número 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torna-se necessário proceder à reconversão profissional da funcionária Fátima Maria Gouveia Freitas Cova.

Nestes termos e de harmonia com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março, determina-se o seguinte complemento de formação para a reconversão profissional da funcionária Fátima Maria Gouveia Freitas Cova, para a carreira de Assistente Administrativo, categoria de Assistente Administrativo, a ser ministrada pela Divisão de Formação Profissional, da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, entidade acreditada, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março, que consiste na frequência com aproveitamento nas seguintes acções de formação:

1 - Acção de formação: "Microsoft Word Iniciação" com a duração de 30 horas;

2 - Acção de formação: "Microsoft Word Avançado" com a duração de 30 horas;

3 - Acção de formação: "Microsoft Excel Iniciação" com a duração de 30 horas;

4 - Acção de formação: "Microsoft Excel Avançado" com a duração de 30 horas;

5 - Acção de formação: "Código do Procedimento Administrativo", com a duração de 30 horas;

6 - Acção de formação: "A Função Administrativa -  
- Elaboração de documentos, organização do trabalho e protocolo" com a duração de 30 horas.

Vice-Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, aos 3 de Setembro de 2007.

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, João Carlos Cunha e Silva

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS, Francisco Jardim Ramos

**SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS E  
DOS ASSUNTOS SOCIAIS****Despacho conjunto**

Considerando que é manifesta a carência de técnicos de radiologia, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, no Serviço Regional de Saúde, E.P.E., de forma a colmatar as carências sentidas ao nível dos Serviços que integram o SRS, EPE, nomeadamente no Centro de Saúde Dr. Francisco Rodrigues Jardim - Porto Santo e no âmbito do funcionamento da ressonância magnética que se encontra em fase de instalação e que vai evitar realização de exames fora do SRS;

Considerando, assim, o carácter urgente e inadiável desta admissão;

Nestes termos e em conformidade com o disposto no n.º 16-A do Despacho Conjunto das Secretarias Regionais do Plano e Finanças e Assuntos Sociais de 28 de Maio de 2004 (alterado pelo despacho proferido pelas mesmas entidades governamentais, a 23 de Setembro de 2005), determina-se o seguinte:

1.º É pelo presente despacho autorizada a abertura de uma oferta de emprego externa para recrutamento de sete técnicos de radiologia de 2.ª classe, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato individual de trabalho.

2.º As vagas disponibilizadas no presente despacho serão incluídas na dotação do próximo contrato-programa a celebrar entre a Região Autónoma da Madeira e o Serviço Regional de Saúde, E.P.E..

Secretarias Regionais do Plano e Finanças e Assuntos Sociais, aos dias 6 do mês de Dezembro de 2007.

O SECRETÁRIO REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS, Francisco Jardim Ramos

**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E  
TRANSPORTES**

DIRECÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**Aviso**

1. Faz-se público que, pelo Despacho de 20 de Dezembro de 2007, de Sua Excelência a Secretária Regional do Turismo e Transportes, está aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data da publicação deste aviso no Jornal Oficial (distribuição), para provimento do seguinte lugar pertencente ao quadro de pessoal da Direcção Regional do Turismo (DRT):

- Assistente Administrativo Principal da carreira de assistente administrativo - um lugar.

2. O prazo de validade do concurso caduca com o preenchimento do lugar.

3. São requisitos especiais de admissão ao concurso:

- Possuir, pelo menos, três anos na categoria de Assistente Administrativo da carreira de assistente administrativo, com classificações de serviço e avaliação do desempenho não inferior a *Bom*, ou reunir os requisitos estabelecidos no n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

4. Área funcional inerente à categoria ora posta a concurso é na Divisão de Serviços Administrativos da DRT, sendo o local de prestação de trabalho no Funchal.

5. O método de selecção a utilizar é a avaliação curricular - considerando a classificação de serviço -, e o disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com base na seguinte fórmula

$$AC = \frac{(2 \times HAB) + (2 \times FP) + (3 \times EP) + (3 \times CS)}{10}$$

5.1. Avaliação curricular tem carácter eliminatório para os que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

5.2. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular constarão de acta de reunião do júri do concurso, sendo essa acta facultada aos candidatos sempre que solicitada.

5.3. A classificação final de cada candidato é a classificação da respectiva avaliação curricular.

6. As candidaturas devem ser formalizadas durante o prazo de abertura do concurso, mediante requerimento dirigido ao Director Regional do Turismo (endereço: Avenida Arriaga, 18 - 9004-519 Funchal), do qual deve constar, relativamente ao requerente:

a) Identificação com indicação da morada e número de telefone;

b) Declaração, sob compromisso de honra, de que satisfaz os adequados requisitos gerais, de acordo com o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.1. Devem ser anexados ao requerimento -cujo modelo é fornecido pela Secção de Pessoal da DRT -os seguintes documentos respeitantes ao candidato (as fotocópias devem ser devidamente autenticadas, sempre que for julgado conveniente):

a) Fotocópia do Bilhete de Identidade;

b) Habilitação académica de base (completa);

c) Formação profissional (estágios, acções ou cursos de formação e aperfeiçoamento profissional respeitantes à carreira de assistente administrativo ou com afinidade a esta, com a indicação da duração de cada um);

d) Declaração indicando a actual categoria e carreira, bem como a antiguidade na categoria e carreira actuais e na função pública;

e) Últimas classificações de serviço e avaliação do desempenho em ordem a satisfazer os requisitos especiais mencionados no ponto 3 deste aviso.

6.2. Para os candidatos pertencentes à DRT, os documentos indicados nas alíneas b) a e) do ponto anterior são officiosamente entregues ao júri do concurso, pela Secção de Pessoal da DRT, com base no respectivo processo individual, devendo os candidatos apresentar os comprovativos julgados pertinentes à sua avaliação curricular, nos termos do ponto 5 deste aviso, que não constem do seu processo individual.

7. A relação de candidatos e a lista de classificação final são afixadas na Divisão de Serviços Administrativos da DRT.

8. A composição do júri é a seguinte:

Presidente:

- Licenciada Helena Raquel Correia Brazão de Castro, Chefe de Divisão.

Vogais efectivos:

- Maria Luísa Silva de Nóbrega Velosa, Chefe de Secção, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;  
- Ana Paula Pontes de Abreu Rodrigues, Coordenador.

Vogais suplentes:

- Maria Lígia Caldeira Rocha, Coordenador;  
- Amara Ilda Freitas Viveiros Vieira, Chefe de Secção.

Secretaria Regional do Turismo e Transportes, aos 20 de Dezembro.

O PRESIDENTE DO JÚRI, Helena Raquel Correia Brazão de Castro

### Aviso

1. Faz-se público que, pelo Despacho de 20 de Dezembro de 2007, de Sua Excelência a Secretária Regional do Turismo e Transportes, está aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data da publicação deste aviso no Jornal Oficial (distribuição), para provimento dos seguintes lugares pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção Regional do Turismo (DRT):

- Técnico Profissional Principal da carreira de recepcionista de turismo - cinco lugares.

2. O prazo de validade do concurso caduca com o preenchimento dos cinco lugares.

3. São requisitos especiais de admissão ao concurso:

- Possuir, pelo menos, três anos na categoria de Técnico Profissional de 1.ª classe da carreira de recepcionista de turismo, com classificações de serviço e avaliação do desempenho não inferior a *Bom*, ou reunir os requisitos estabelecidos no n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

4. Área funcional destinada à categoria ora posta a concurso é na Direcção Regional do Turismo, sendo o local de prestação de trabalho no Funchal, Santa Cruz, Machico, Câmara de Lobos e Santana.

5. O método de selecção a utilizar é a avaliação curricular - considerando a classificação de serviço -, e o disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com base na seguinte fórmula

$$AC = \frac{(2 \times HAB) + (2 \times FP) + (3 \times EP) + (3 \times CS)}{10}$$

5.1. A avaliação curricular tem carácter eliminatório para os que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

5.2. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular constarão de acta de reunião do júri do concurso, sendo essa acta facultada aos candidatos sempre que solicitada.

5.3. A classificação final de cada candidato é a classificação da respectiva avaliação curricular.

6. As candidaturas devem ser formalizadas durante o prazo de abertura do concurso, mediante requerimento dirigido ao Director Regional do Turismo (endereço: Avenida Arriaga, 18 - 9004-519), do qual deve constar, relativamente ao requerente:

a) Identificação com indicação da morada e número de telefone;

b) Declaração, sob compromisso de honra, de que satisfaz os adequados requisitos gerais, de acordo com o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.1. Devem ser anexados ao requerimento - cujo modelo é fornecido pela Secção de Pessoal da DRT - os seguintes

documentos respeitantes ao candidato (as fotocópias devem ser devidamente autenticadas, sempre que for julgado conveniente):

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade;
- b) Habilitação académica de base (completa);
- c) Formação profissional (estágios, acções ou cursos de formação e aperfeiçoamento profissional da área de turismo ou com afinidade a esta, com a indicação da duração de cada um);
- d) Declaração indicando a actual categoria e carreira, bem como a antiguidade na categoria e carreira actuais e na função pública;
- e) Últimas classificações de serviço e avaliação do desempenho em ordem a satisfazer os requisitos especiais mencionados no ponto 3 deste aviso.

6.2. Para os candidatos pertencentes à DRT, os documentos indicados nas alíneas b) a e) do ponto anterior são officiosamente entregues ao júri do concurso, pela Secção de Pessoal da DRT, com base no respectivo processo individual, devendo os candidatos apresentar os comprovativos julgados pertinentes à sua avaliação curricular, nos termos do ponto 5 deste aviso, que não constem do seu processo individual.

7. Arelação de candidatos e a lista de classificação final são afixadas na Divisão de Serviços Administrativos da DRT.

8. Acomposição do júri é a seguinte:

Presidente:

- Maria Luísa Marote Perestrelo, Director de Serviços.

Vogais efectivos:

- Licenciada Vanda José Abreu Camacho Gonçalves, Chefe de Divisão, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

- Licenciada Maria Clara Faria Cabral de Noronha, Chefe de Divisão.

Vogais suplentes:

- Licenciado Juan Carlos Gonçalves Gonçalves, Técnico Superior de 2.ª classe;

- Licenciada Elisabete Gomes Alves, Técnico Superior de 1.ª classe.

Secretaria Regional do Turismo e Transportes, aos 20 de Dezembro de 2007.

O PRESIDENTE DO JÚRI, Maria Luísa Marote Perestrelo

### Aviso

1. Faz-se público que, pelo Despacho de 20 de Dezembro de 2007, de Sua Excelência a Secretária Regional do Turismo e Transportes, está aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data da publicação deste aviso no Jornal Oficial (distribuição), para provimento dos seguintes lugares pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção Regional do Turismo (DRT):

- Técnico Profissional 1.ª classe da carreira de recepcionista de turismo -dois lugares.

2. O prazo de validade do concurso caduca com o preenchimento dos dois lugares.

3. São requisitos especiais de admissão ao concurso:

- Possuir, pelo menos, três anos na categoria de Técnico Profissional de 2.ª classe da carreira de recepcionista de turismo, com classificações de serviço e avaliação do desempenho não inferiores a Bom, ou reunir os requisitos estabelecidos no n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

4. A área funcional destinada à categoria ora posta a concurso é na Direcção Regional do Turismo, sendo o local de prestação de trabalho no Funchal e Porto Moniz.

5. O método de selecção a utilizar é a avaliação curricular - considerando a classificação de serviço -, e o disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com base na seguinte fórmula

$$AC = \frac{(2 \times HAB) + (2 \times FP) + (3 \times EP) + (3 \times CS)}{10}$$

5.1. A avaliação curricular tem carácter eliminatório para os que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

5.2. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular constarão de acta de reunião do júri do concurso, sendo essa acta facultada aos candidatos sempre que solicitada.

5.3. A classificação final de cada candidato é a classificação da respectiva avaliação curricular.

6. As candidaturas devem ser formalizadas durante o prazo de abertura do concurso, mediante requerimento dirigido ao Director Regional do Turismo (endereço: Avenida Arriaga, 18 - 9004-519), do qual deve constar, relativamente ao requerente:

a) Identificação com indicação da morada e número de telefone;

b) Declaração, sob compromisso de honra, de que satisfaz os adequados requisitos gerais, de acordo com o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.1. Devem ser anexados ao requerimento - cujo modelo é fornecido pela Secção de Pessoal da DRT - os seguintes documentos respeitantes ao candidato (as fotocópias devem ser devidamente autenticadas, sempre que for julgado conveniente):

a) Fotocópia do Bilhete de Identidade;

b) Habilitação académica de base (completa);

c) Formação profissional (estágios, acções ou cursos de formação e aperfeiçoamento profissional da área de turismo ou com afinidade a esta, com a indicação da duração de cada um);

d) Declaração indicando a actual categoria e carreira, bem como a antiguidade na categoria e carreira actuais e na função pública;

e) Últimas classificações de serviço e avaliação do desempenho em ordem a satisfazer os requisitos especiais mencionados no ponto 3 deste aviso.

6.2. Para os candidatos pertencentes à DRT, os documentos indicados nas alíneas b) a e) do ponto anterior são officiosamente entregues ao júri do concurso, pela Secção de Pessoal da DRT, com base no respectivo processo individual, devendo os candidatos apresentar os comprovativos julgados pertinentes à sua avaliação curricular, nos termos do ponto 5 deste aviso, que não constem do seu processo individual.

7. Arelação de candidatos e a lista de classificação final são afixadas na Divisão de Serviços Administrativos da DRT.

8. Acomposição do júri é a seguinte:

Presidente:

- Maria Luísa Marote Perestrelo, Director de Serviços.

Vogais efectivos:

- Licenciada Vanda José Abreu Camacho Gonçalves, Chefe de Divisão, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

- Licenciada Maria Clara Faria Cabral de Noronha, Chefe de Divisão.

Vogais suplentes:

- Licenciado Juan Carlos Gonçalves Gonçalves, Técnico Superior de 2.ª classe;

- Licenciada Elisabete Gomes Alves, Técnico Superior de 1.ª classe.

Secretaria Regional do Turismo e Transportes, aos 20 de Dezembro de 2007.

O PRESIDENTE DO JÚRI, Maria Luísa Marote Perestrelo

**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E REABILITAÇÃO

**Aviso**

Por despacho do Secretário Regional de Educação e Cultura, de 2008/01/02, e, na sequência de concurso externo de ingresso

geral, para preenchimento de 2 vagas na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, na área de Psicologia, em regime de estágio, da carreira Técnica Superior, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, foi autorizada a celebração de dois Contratos Administrativos de Provisão, para efeitos de estágio na carreira Técnica Superior, com início a 2 de Janeiro de 2008, com Ana Carolina Pereira da Silva e Catarina Raquel Gonçalves Gouveia, aprovadas no referido concurso.

Isento de Fiscalização Prévia pela S.R.T.C..

Funchal, 3 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL, Maria José de Jesus Camacho

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda . . . . .	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas . . . . .	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas . . . . .	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas . . . . .	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas . . . . .	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas . . . . .	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

## ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série . . . . .	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries . . . . .	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries . . . . .	€ 63,78	€ 31,95;
Completa . . . . .	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

## IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

## DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

Preço deste número: € 1,81 (IVA incluído)